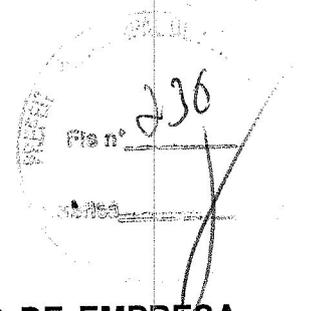




Fabiano Feitosa  
advocacia



Requerente: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Pregão Eletrônico nº008/2023 – FMA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO AQUISIÇÃO PEIXES ESPÉCIES TILÁPIA IN NATURA, ARROZ E COCO SECO A SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS CARENTES, NO PERÍODO DA SEMANA SANTA, DESTE ERÁRIO PÚBLICO.

PARECER JURÍDICO nº 008 /2024

## 1. RELATÓRIO

A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA/SE, por meio deste signatário, fora provocada pela **Comissão Permanente de Licitação** para apresentar parecer jurídico sobre a minuta em anexo, acerca da regularidade ou não da formalização do presente procedimento licitatório denominado de Pregão Eletrônico, para contratação de empresa do ramo pertinente para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO AQUISIÇÃO PEIXES ESPÉCIES TILÁPIA IN NATURA, ARROZ E COCO SECO A SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS CARENTES, NO PERÍODO DA SEMANA SANTA, DESTE ERÁRIO PÚBLICO.** devidamente discriminada no Termo de Referência.

Assim, foi confeccionado um parecerjurídico prévio, atestando a regularidade da fase inicial do processo até a emissão do edital de abertura do certame.

A este se seguiram as etapas de publicação, aquisição de editais e recebimento de documentação e propostas, com o posterior julgamento da habilitação e das propostas dos licitantes.

E, para verificação formal do procedimento licitatório adotado, legalidade e regularidade desta segunda fase, antes da sua Adjudicação, homologação e finalização o presidente da CPL solicitou parecer desta Procuradoria jurídica.

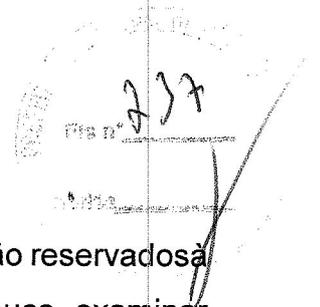
É o relatório, passamos a **OPINAR.**

## 2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a



**Fabiano Feitosa**  
advocacia



conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses anormais.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93.

Destarte, o procedimento em apreço fora devidamente formalizado, instruído e gerenciado, obedecendo aos princípios básicos da administração pública, mormente da impessoalidade, da publicidade, legalidade e moralidade, bem como os ditames da Lei 10.520/02 e da Lei 8.666/93.

Já analisados os procedimentos realizados até a elaboração do edital, bem assim como sua publicação no Diário Oficial da União e do Município.

A abertura do certame marcada para o dia 17 de janeiro de 2024, às 08h:30 min através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ocorreu no dia e horário designados, recebeu as propostas das empresas IDELFONSO RODRIGUES LIMA AÇOUGUE; QUALEALIMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA; DENISON WILGNER DE JESUS SANTOS LTDA e a empresa J L LEANDRO – MASTER DISTRIBUIDORA.

Ato contínuo foi realizado o lance das propostas pelos licitantes, onde a comissão de licitação promoveu as classificações, declarando vencedoras do certame as empresas. DENISON WILGNER DE JESUS SANTOS LTDA com valor total global de R\$ 30.600,00 (trinta mil, seiscentos reais), e a empresa IDELFONSO RODRIGUES LIMA AÇOUGUE com valor total global de R\$ 133.600,00 (cento e trinta e três mil e seiscentos reais), os quais estão de acordo com a exigência de preço e condições.

### **3. DA CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, somos pela inexistência de óbice legal no prosseguimento da contratação, o que **submeto à consideração superior.**



**Fabiano Feitosa**  
advocacia

Por fim, é de bom alvitre salientar que a veracidade de todas as informações, bem como o conteúdo de toda documentação apresentada são de inteira responsabilidade dos administradores públicos.

Neste passo, convém chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação da verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei n.º 8.429/92, com a edição da Lei de responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei n.º 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

E o nosso parecer, S.M.J.

Porto da Folha /SE, 22 de fevereiro de 2024

  
**JULIANE DOS SANTOS SILVA**  
**OAB/SE 9.580**